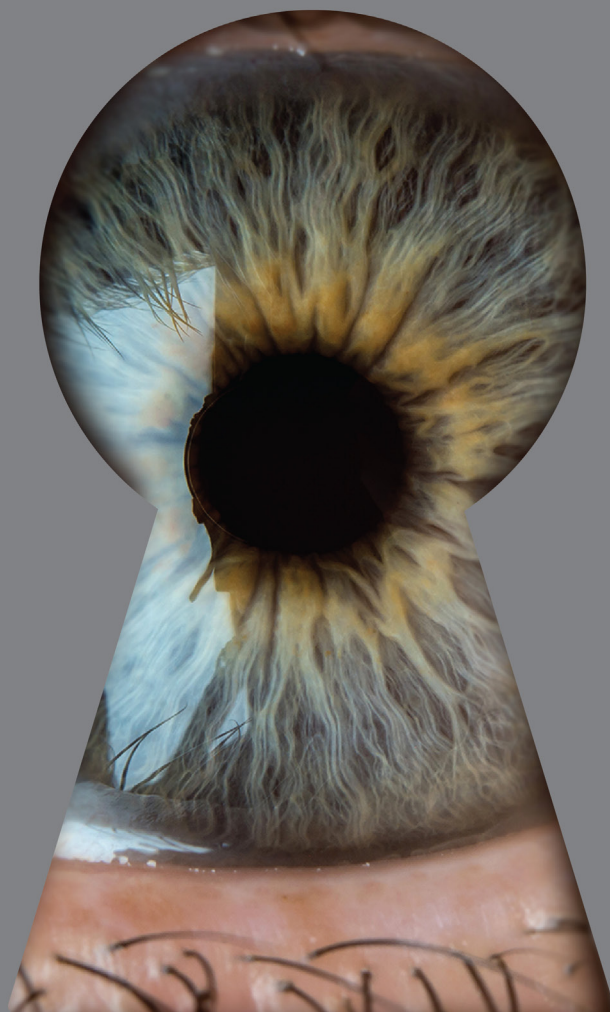


VOL III

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão
Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021

VOL III

Ciências Humanas:

Estudos Para Uma Visão
Holística Da Sociedade



Silvia Inés Del Valle Navarro
Gustavo Adolfo Juarez
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2021



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição- Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comercial. A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. ^a Dr. ^a Sílvia Inés del Valle Navarro Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez
Imagem da Capa	Artem Oleshko
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile



Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College, USA*
 Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha, Espanha*
 Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
 Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid, Espanha*
 Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia*
 Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
 Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
 Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
 Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela, Espanha*
 Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
 Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
 Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
 Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
 Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
 Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
 Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría", Cuba*
 Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
 Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
 Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
 Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
 Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
 Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
 Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
 Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru*
 Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
 Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
 Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências humanas [livro eletrônico] : estudos para uma visão holística da sociedade: vol III / Silvia Inés Del Valle Navarro, Gustavo Adolfo Juarez. – Curitiba, PR: Artemis, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-39-2

DOI 10.37572/EdArt_290621392

1. Ciências humanas. 2. Humanidades. Desenvolvimento Sustentável. I. Del Valle Navarro, Silvia Inés. II. Juarez, Gustavo Adolfo.

CDD 300.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

AMBIENTE, DESARROLLO SUSTENTABLE, GERENCIAMIENTO

“Só quem pode surgir com o povo é o novo.

E o novo são as crianças.

Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos” ...

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio

São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este libro titulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge mientras transitamos un momento muy particular para nuestra especie humana, en donde se ve amenazada su existencia en forma global. Es por ello, que debe valorarse el esfuerzo de numerosos autores e investigadores que todavía sienten la necesidad y el deseo de entregar sus esfuerzos en la causa de la difusión de resultados de sus trabajos científicos.

Mientras esperamos soluciones, que resguarden al bienestar en la Salud y con ello en la recomposición de la Economía y Educación, por el retraso que esta situación pandémica produce, queda la esperanza de que el replanteo social en las estructuras de las sociedades nos lleven a valorar los resultados que hasta ahora nos ha permitido sobrevivir. Por lo tanto, en esta obra, donde el conjunto de capítulos reflejan la inherente participación en la diversidad de temáticas planteadas, que están agrupados trabajos considerados desde el perfil profesional de cada temática asumida por autores de diversos lugares del planeta.

En el Tercer Volumen, que tiene como eje temático **AMBIENTE, DESARROLLO SUSTENTABLE, GERENCIAMIENTO**, la temática del ambiente, a través de estudios locales en búsqueda de un mejor aprovechamiento de recursos, que aporten a desarrollar energías y mantener beneficios naturales, hacen que las propuestas sustentables sean tratadas desde enfoques académicos como desde el gerenciamiento. Así las políticas agrícolas, la planificación territorial, se presentan bajo estudios históricos y actuales.

Esperando que estos trabajos sean de gran aporte a los lectores, les deseamos una buena lectura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

APRESENTAÇÃO

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GESTÃO

*“Só quem pode surgir com o povo é o novo.
E o novo são as crianças.
Com elas, poderão vir as respostas que não encontramos”...*

“...Poxa, até que essa geração mais velha tem algo a oferecer”

Ubiratan D´Ambrosio
São Paulo, 8 de Diciembre de 1932 - 12 de Mayo de 2021

Este livro, intitulado **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, surge enquanto vivemos um momento muito particular para nossa espécie humana, onde sua existência está ameaçada globalmente. Por este motivo, deve ser valorizado o esforço de inúmeros autores e investigadores que ainda sentem a necessidade e o desejo de se empenharem na causa da divulgação dos resultados dos seus trabalhos científicos.

Enquanto esperamos por soluções que protejam o bem-estar na Saúde e com ela na recomposição da Economia e da Educação, pelo atraso que esta situação pandêmica produz, espera-se que o repensar social nas estruturas das sociedades nos leve valorizar os resultados que até agora nos permitiram sobreviver. Portanto, nesta coletânea, onde o conjunto de capítulos refletem a participação inerente à diversidade das questões levantadas, se agrupam obras consideradas a partir do perfil profissional de cada disciplina assumida por autores de diversas localidades do o planeta.

No Terceiro Volume, que tem como eixo temático MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GESTÃO, o tema do meio ambiente, por meio de estudos locais em busca de um melhor aproveitamento dos recursos, que contribuam para o desenvolvimento de energias e manutenção dos benefícios naturais, fazem propostas sustentáveis são tratadas a partir de diferentes abordagens acadêmicas e gestão. Assim, as políticas agrícolas, de planejamento territorial, são apresentadas sob a forma de estudos históricos e atuais.

Esperando que esses trabalhos sejam de grande contribuição para os leitores, desejamos uma boa leitura.

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO
GUSTAVO ADOLFO JUAREZ

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRANSFORMACIONES AGRARIAS Y NUEVOS PAISAJES RURALES EN EL MUNICIPIO DE YECLA (ESPAÑA)

[Francisco José Morales Yago](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213921

CAPÍTULO 2..... 18

EXTRACTIVISMO, FUERZAS PRODUCTIVAS Y REESTRUCTURACIÓN AGRARIA EN PARAGUAY

[Ramón Fogel](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213922

CAPÍTULO 3.....30

LA CUESTIÓN AGRARIA CUBANA ACIERTOS Y DESACIERTOS EN EL PERIODO DE 1975-2013: LA NECESIDAD DE UNA TERCERA REFORMA AGRARIA

[Tatiana Wonsik Recompensa Joseph](#)

[Lázaro Camilo Recompensa Joseph](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213923

CAPÍTULO 4 57

DE LA ENCOMIENDA A LOS CONDOMINIOS: CAMBIOS SOCIALES EN LA PROPIEDAD Y TENENCIA DE LA TIERRA DE LOS CRIADORES DE CAMÉLIDOS SUDAMERICANOS

[Eliseo Zeballos Zeballos](#)

[Paquita Lourdes Velásquez Alarcón](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213924

CAPÍTULO 5..... 78

UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DA DESCENTRALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS RURAIS BRASILEIRAS PARA A INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO PEQUENO PRODUTOR A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

[Cristian Arnecke Schröder](#)

[Adrielli Santos de Santana](#)

[Carlos Eduardo Ribeiro Santos](#)

[Lessí Inês Farias Pinheiro](#)

DOI 10.37572/EdArt_2906213925

CAPÍTULO 6 90

WIRIKUTA Y XOCHICALCO: UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE LA LUCHA DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS POR EL PATRIMONIO BIOCULTURAL

Coral Giseth García Haj
Armando Sánchez Albarrán

DOI 10.37572/EdArt_2906213926

CAPÍTULO 7 104

LA ORDENACIÓN TERRITORIAL Y LAS FUENTES RENOVABLES DE ENERGÍA

María Rodríguez Gámez
Antonio Vázquez Pérez
Wilber Manuel Saltos Arauz
Guillermo Antonio Loor Castillo
Carlos Gustavo F. Villacreses Viteri

DOI 10.37572/EdArt_2906213927

CAPÍTULO 8 117

PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA TERRITORIAL EN RELACIÓN DEL PLAN ESTRATÉGICO DE ROSARIO, ANÁLISIS TEÓRICO Y METODOLÓGICO

Elián Gabriel Babini

DOI 10.37572/EdArt_2906213928

CAPÍTULO 9 138

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A ANÁLISE DA DINÂMICA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SERGIPE

Elmer Nascimento Matos
Daniela Mércia Santos
Wesley Santos

DOI 10.37572/EdArt_2906213929

CAPÍTULO 10 158

MAR DEL PLATA: TRANSFORMACIONES EN SU GEOGRAFÍA URBANA A INICIOS DEL SIGLO XXI: PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA, SEGURIDAD Y ESPACIO PÚBLICO

Alberto Roque Villavicencio

DOI 10.37572/EdArt_29062139210

CAPÍTULO 11..... 173

CORPO CAIÇARA E SUAS RAÍZES

[Bruno Tavares Magalhães Macedo](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139211

CAPÍTULO 12..... 189

PERSPECTIVA DE LA RELACIÓN TERRITORIAL Y DE LOS PROCESOS HISTÓRICOS.
¿QUÉ NOS NARRA LA EDUCACIÓN? LA VERDAD COMO ELEMENTO DE
LIBERACIÓN

[Yetko Alexander Sierra Maira](#)

[Ulises Mauricio Díaz Sánchez](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139212

CAPÍTULO 13..... 201

RIO SÃO FRANCISCO, AS ÁGUAS ENCANTADAS E O DESENCANTO COM A
TRANSPOSIÇÃO

[Loreley Gomes Garcia](#)

[Mayrinne Meira Wanderley](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139213

CAPÍTULO 14..... 217

ACTITUDES DE LOS ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS HACIA EL MEDIO AMBIENTE.
UNA EXPERIENCIA INNOVADORA EN EL CAMPO DE LAS CIENCIAS AMBIENTALES

[Macarena Esteban Ibáñez](#)

[Luis Vicente Amador Muñoz](#)

[Francisco Mateos Claros](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139214

CAPÍTULO 15..... 228

LA GUERRA FRÍA ENTRE IRÁN Y ARABIA SAUDÍ Y LA RECONFIGURACIÓN DE
ORIENTE MEDIO

[Ignacio Álvarez-Ossorio](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139215

CAPÍTULO 16..... 241

LA MIRADA CONSERVADORA DEL FRENTE POPULAR DESDE PROVINCIAS: PUENTE ALTO 1938-1941

[Reinaldo Hernández Catalán](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139216

CAPÍTULO 17 251

TENDIENDO PUENTES ENTRE DATACIÓN Y ARQUEOLOGÍA

[Christopher Duarte](#)

[Roberto Bracco Boksar](#)

[Ofelia Gutiérrez](#)

[Daniel Panario](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139217

CAPÍTULO 18..... 260

WORK DESIGN NA PERSPECTIVA DE GESTORES E NÃO-GESTORES: CARACTERÍSTICAS DA TAREFA

[Silvana Regina Ampessan Marcon](#)

[Lília Aparecida Kanan](#)

[João Ignacio Pires Lucas](#)

[Magda Macedo Madalozzo](#)

[Sabrina Goettert Britto](#)

DOI 10.37572/EdArt_29062139218

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 282

ÍNDICE REMISSIVO 283

CAPÍTULO 15

LA GUERRA FRÍA ENTRE IRÁN Y ARABIA SAUDÍ Y LA RECONFIGURACIÓN DE ORIENTE MEDIO

Data de submissão: 20/03/2021

Data de aceite: 28/04/2021

Ignacio Álvarez-Ossorio

Universidad Complutense de Madrid
<https://orcid.org/0000-0001-6454-8460>

RESUMEN: La revolución islámica en 1979 reconfiguró radicalmente el orden regional en Oriente Medio. Desde el arranque del siglo XXI, Irán no ha hecho más que aumentar su peso en la región debido tanto a sus aciertos como a los errores de sus rivales. Los atentados del 11 de septiembre de 2011 fueron respondidos con la invasión de Afganistán e Iraq por parte de Estados Unidos de América. Como resultado de ello, Irán logró desembarazarse de dos de sus principales rivales: el movimiento talibán y la dictadura de Saddam Hussein. Este giro de los acontecimientos le permitió ampliar su esfera de influencia hasta abarcar un amplio arco chií que va desde Irán hasta Líbano pasando por Iraq y Siria, países donde la influencia iraní se ha intensificado tras el colapso de las Primaveras Árabes. Todos estos movimientos han sido contemplados por Arabia Saudí con preocupación, dado que representan una amenaza para la estabilidad regional y para los intereses del reino en el Golfo.

PALABRAS CLAVE: Oriente Medio. Primavera Árabe. Irán. Arabia Saudí. Siria.

La revolución islámica en 1979 marcó un antes y un después en las relaciones entre Arabia Saudí e Irán y reconfiguró radicalmente el orden regional en Oriente Medio. Desde entonces, las relaciones bilaterales entre ambos países se han caracterizado por el antagonismo religioso-ideológico y la competencia geo-estratégica, ya que “tanto Teherán como Riad se consideran así mismos los líderes naturales no sólo de Oriente Medio, sino también el mundo musulmán en general” (Sadjadpour y Ben Taleblu, 2015: 4).

En realidad, las ambiciones hegemónicas iraníes no sólo se explican aludiendo al carácter revolucionario del régimen, puesto que “ningún país de Oriente Medio cuenta con una combinación como la iraní en cuanto a tamaño geográfico, ubicación estratégica, población numerosa y educada, historia antigua y vastos recursos naturales. Independientemente de quién gobierne Teherán, estos atributos siempre alimentarán aspiraciones de primacía regional” (Sadjadpour y Ben Taleblu, 2015: 1). Como

advirtiese Stephen Walt, uno de los principales teóricos de la escuela realista, el nivel de amenaza que un Estado puede representar para otro se basa esencialmente en “el poder agregado (población, capacidad industrial y militar y tecnológica), la proximidad geográfica, la capacidad ofensiva y las intenciones ofensivas” (Walt, 1985: 9). En el caso que nos ocupa, se dan prácticamente todas estas variables.

Desde el arranque del siglo XXI, Irán ha ido aumentando su peso específico en la región debido tanto a sus aciertos como a los errores de sus rivales. Los atentados del 11 de septiembre de 2001 llevaron a EUA a asumir una política exterior intervencionista que se saldó con la invasión de Afganistán e Iraq. Como resultado de ello, Irán logró desembarazarse de dos de sus principales rivales: el movimiento talibán y la dictadura de Saddam Hussein. Este inesperado giro de los acontecimientos le permitió ampliar su esfera de influencia hasta abarcar un amplio arco chií que va desde Irán hasta Líbano pasando por Iraq y Siria e, incluso, extenderlo a otros países de la península Arábiga con población chií, ya sea mayoritaria como en el caso de Bahréin o minoritaria como en Yemen.

Todos estos movimientos han sido contemplados por Arabia Saudí con preocupación. Desde su creación en 1932, y más claramente desde el boom petrolífero en 1974, Arabia Saudí ha aprovechado su condición de guardián de los santuarios de La Meca y Medina para proyectarse en el mundo islámico como el representante por antonomasia del islam sunní. La instauración del régimen islamista iraní supuso un reto de gran envergadura no sólo por su posicionamiento antiimperialista, sino también por su voluntad de exportar su propia versión revolucionaria del islam a los países del entorno. La respuesta saudí consistió en una revigorización de la alianza saudí-wahabí y el respaldo de las redes salafistas yihadistas transnacionales. Tras la invasión soviética de Afganistán en 1978, las autoridades saudíes financiaron generosamente al movimiento muyahidín y la movilización de unos 35.000 combatientes árabes (entre ellos, al menos, 12.000 saudíes) que fueron reclutadas por la Oficina de Servicios de Abdallah Azzam para combatir a las tropas soviéticas (Commins, 2006: 174-175).

Tras la Primavera Árabe de 2011, Arabia Saudí volvió a considerar amenazada su posición hegemónica por lo que recurrió al “sectarismo como estrategia preventiva contrarrevolucionaria” para tratar de frenar a Irán (Rasheed, 2015: 513-526) y, al mismo tiempo, intentó ponerse al frente de una coalición de países árabes sunníes como contrapeso a Irán (Berti y Guzansky, 2015).

No obstante, la actual guerra fría irano-saudí no sólo se explica en términos sectarios, sino también estratégicos. Tratar de presentar esta confrontación como una mera lucha entre sunníes y chiíes, además de ser una simplificación, impide abordar en toda su complejidad la poliédrica realidad. Como advierte la politóloga Fatiha Dazi-

Héni, “las actuales divisiones sectarias entre Arabia Saudí e Irán parecen estar mucho más relacionadas con el enfrentamiento geopolítico y el antagonismo ideológico en su búsqueda por el predominio en Oriente Medio, que con la religión” (2013: 24). Sadjadpour y Ben Taleblu van incluso más lejos al considerar que “esta rivalidad es sectaria (sunníes contra chiíes), étnica (árabes contra persas), ideológica (aliados de EUA contra sus enemigos) y también geopolítica” (2015: 4-5).

LA REVOLUCIÓN ISLÁMICA Y EL CHOQUE SAUDÍ-IRANÍ

Durante las décadas de los cincuenta y los sesenta del siglo XX, Arabia Saudí intentó plantar cara al nacionalismo árabe mediante la puesta en práctica de una política exterior islámica que condujo al establecimiento de la Organización de la Conferencia Islámica en 1969. El rey Faysal dedicó todas sus energías a plantear una alternativa al movimiento panarabista, laico y socialista, por medio del proselitismo wahabí, de carácter puritano y rigorista, que engloba tanto las campañas de promoción de la identidad islámica en la cultura, la economía, la educación o el estatuto de la mujer, como la construcción de nuevas mezquitas y la financiación de fundaciones piadosas en buena parte del mundo árabe e islámico (Commins, 2009: 155). Aunque la posibilidad de emplear el petróleo como “un arma política” ya había sido barajada en la Cumbre de Jartum de 1967, esta opción no se materializó hasta 1973 tras la guerra de Yom Kippur, cuando la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) decidió imponer un embargo a los países occidentales aliados de Israel. Por medio de esta política, Arabia Saudí se convirtió, como apunta el economista libanés George Corm, “en el gran catalizador de la santa alianza entre la religión y el petróleo” (1991: 98).

La revolución islámica iraní en 1979 transformó radicalmente el orden regional en Oriente Medio, ya que provocó la caída del Shah Reza Pahlevi, el principal aliado de EUA en el golfo Pérsico. El establecimiento de un gobierno religioso basado en el principio del *velayat-e faqih* (gobierno de los jurisperitos) y dirigido por el ayatolá Ruhollah Jomeini fue acompañado por el intento de expandir la revolución islámica por el conjunto de la región mediante la movilización de las poblaciones chiíes. El nuevo régimen iraní era fervientemente antiimperialista, por lo que representaba una evidente amenaza para “el segundo pilar” de la estrategia estadounidense en la región: Arabia Saudí. El alto grado de conflictividad entre ambos países se justificó, a partir de entonces, por “la falta de complementariedad de los intereses de sus agendas regionales y las diferencias ideológicas de sus programas hegemónicos” (Hernández, 2020: 112).

Como señala Banafsheh Keynoush, “la República Islámica de Irán era la antítesis de la monarquía saudí” (2016: 109). La irrupción en escena del régimen islámico iraní,

de carácter revolucionario y antiimperialista, ponía en peligro el tradicional monopolio del islam político detentado por la conservadora Arabia Saudí. En su testamento, el guía supremo Jomeini tachó a los monarcas saudíes de “traidores de los dos lugares sagrados”, en referencia a La Meca y Medina, e “incapacitados para estar al cargo de la peregrinación y los asuntos de la Kaaba”. Curiosamente, estas mismas acusaciones fueron formuladas por Juhayman al-Utaybi, quien el 20 de noviembre de 1979 tomó el control de la gran mezquita de La Meca y reclamó el derrocamiento de la dinastía saudí y la instauración de un régimen verdaderamente islámico que rompiera su alianza con EUA (Commins, 2006: 164). Utaybi también se mostró extremadamente crítico con el clero wahabí, al que acusó de hipocresía por respaldar acriticamente las prácticas corruptas de la dinastía gobernante a cambio de contraprestaciones materiales.

Poco después de conquistar el poder, el régimen iraní trató de pasar a la acción por medio de la movilización de la minoría chií saudí (que representaba entre un 10% y un 15% de la población y se concentraba en la costa este del reino). Tradicionalmente, esta minoría había sido discriminada por sus creencias, consideradas heréticas por el clero wahabí. De hecho, cuando la zona costera fue conquistada por los Ijwan en 1913 se prohibieron todas las celebraciones públicas y se cerraron las *hussainiyyat*: los centros religiosos chiíes. Más tarde, en 1927, los ulemas wahabíes ofrecieron a los chiíes que eligieran entre la conversión forzosa o su ejecución, aunque la mediación del rey Abdelaziz Bin Saud evitó una mal mayor al ofrecerles protección a cambio de lealtad (Matthiesen, 2015: 8). Desde entonces, las proclamas anti-chiíes han sido constantes por parte de los estamentos religiosos y los medios de comunicación, intensificándose en periodos de tensión como en 1979 o 2011. En opinión de Matthiesen, “esta discriminación de carácter religioso e institucional [hacia los chiíes] ha reforzado la religiosidad basada en factores comunitarios” (2015: 17).

La intervención soviética en Afganistán en 1978 y la revolución islámica iraní de 1979 supusieron un duro golpe para EUA, que a partir de entonces se vieron obligados a estrechar sus vínculos con Israel y Arabia Saudí para contrarrestar el avance soviético e iraní en Oriente Medio. El 23 de enero de 1980 se hizo pública la Doctrina Carter, que establecía que “cualquier intento de una fuerza exterior para ganar el control del golfo Pérsico será considerado como una agresión a los intereses vitales de EUA, y un intento así será repelido con los medios que sean necesarios, incluida la fuerza militar”. El 22 de septiembre de ese mismo año, Iraq declaró la guerra a Irán con el apoyo de las monarquías del Golfo y EUA que, de esta manera, pretendían contener la revolución islámica. El 25 de mayo de 1981 se registró un nuevo intento de hacer frente a la amenaza iraní por medio del establecimiento del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG), que pretendía

coordinar las políticas de las seis monarquías árabes de la zona: Arabia Saudí, Emiratos Árabes Unidos, Kuwait, Bahréin, Qatar y Omán. El punto álgido de las tensiones regionales se registró a mediados de diciembre, cuando el Frente Internacional por la Liberación de Bahréin, una organización chií adiestrada por la Guardia Revolucionaria iraní, protagonizó un levantamiento contra la dinastía sunní Khalifa con el objeto de instaurar en el poder al ayatolá Hadi al-Modarresi, quien consideraba legítimo el empleo de la violencia para acabar con la opresión de los chiíes, que representaban el 70% de la población bahreíni (Alhasan, 2011: 603-617).

El final de la devastadora guerra irano-iraquí en 1988 favoreció una aproximación entre Irán y Arabia Saudí. El ascenso de los reformistas en Irán llevó a la presidencia a Akbar Hashemi Rafsanyani (1989-1997), quien apostó por el pragmatismo para resolver las disputas regionales (Zaccara, 2016: 189-191). El gobierno iraní condenó enérgicamente la invasión iraquí de Kuwait el 2 de agosto de 1990, lo que permitió el restablecimiento de relaciones diplomáticas con Arabia Saudí en 1991 y la visita del ministro de Asuntos Exteriores iraní Ali Akbar Velayati al rey Fahd en Riad en abril de ese año para plantear una posible alianza entre Irán y el CCG. En febrero de 1998, el reformista Mohammad Khatami (1997-2005) realizó la primera visita oficial de un mandatario iraní a Arabia Saudí desde la revolución islámica, que fue seguida en mayo de 1998 por la firma de un Acuerdo de Cooperación en los terrenos económico, cultural y deportivo entre ambos países.

Los atentados del 11 de septiembre en 2001 colocaron en una situación extremadamente delicada a Arabia Saudí, ya que la mayor parte de los integrantes de la célula de Al-Qaeda responsable de los ataques tenía nacionalidad saudí. A partir de entonces, las relaciones norteamericano-saudíes registraron un evidente retroceso, ya que numerosas voces reclamaron poner fin a lo que se tachó de un “matrimonio de conveniencia”, ya que EUA poco tenía que ver con “una monarquía islámica gobernada secretamente por una familia, el enorme clan saudí, en colaboración con los fundamentalistas islámicos, donde no hay medios de comunicación libres ni instituciones legales transparentes, ni garantía alguna en cuanto a los derechos humanos y civiles” (Kaiser y Ottaway, 2002).

La decisión de la Administración Bush Jr. de invadir Iraq sin la previa autorización del Consejo de Seguridad en 2003, permitió a Irán no sólo deshacerse de su principal regional, sino también ampliar su órbita de influencia al país vecino. Tras la caída de Saddam Hussein se estableció un sistema confesional en el que los partidos chiíes se impusieron en las elecciones y controlaron la escena política. A partir de entonces, numerosos exiliados políticos iraquíes exiliados en Irán retornaron a sus hogares y se pusieron al frente de las principales formaciones chiíes (Consejo Supremo Islámico de Iraq, Da'wa,

Movimiento al-Sadr, etc.), que lograron imponerse cómodamente en las elecciones. Tras el desmantelamiento del ejército y la desbaazificación de la administración por parte del procónsul Paul Bremer, los grupos chiíes también se hicieron con el control de los ministerios, las fuerzas armadas y los servicios secretos. En todo momento, Irán instruyó a los clérigos chiíes Ali al-Sistani y Abd al-Aziz al-Hakim a colaborar con las autoridades estadounidenses para tratar de extender su control sobre el aparato estatal. El creciente peso de Irán generó el malestar de Arabia Saudí, su principal rival regional, que no dudó en secundar a diferentes milicias islamistas para tratar de contrarrestar la influencia iraní en Iraq, lo que acentuó el sectarismo (Keynoush, 2016: 177).

La invasión norteamericana de Iraq creó un peligroso vacío de poder en un país que desde el siglo VII había servido de frontera entre el islam sunní y el islam chií. Iraq, que había sido un Estado-tapón que había separado a Arabia Saudí e Irán, se convirtió, a partir de 2003, en territorio donde ambos actores libraron su particular guerra de agotamiento a través de actores interpuestos. Riad trató de desestabilizar el país a través de su apoyo a la insurgencia sunní y a diversos grupos yihadistas que se presentaron como los defensores de la minoría árabe sunní (un 20% de la población), tradicional detentadora del poder desde la época abbasí. Teherán, por su parte, respaldó el establecimiento de un Estado confesional dominado por los chiíes, que representaban una clara mayoría (un 60%). El resultado de esta confrontación fue una devastadora guerra sectaria que se inició tras el ataque contra la mezquita chií al-Askari en la ciudad de Samarra el 22 de febrero de 2006, en la que se vieron envueltos no sólo las milicias sunníes y chiíes, sino también Al Qaeda en Mesopotamia y el Ejército regular iraquí. La población civil fue la principal víctima de esta guerra fratricida que devastó el país, en el curso de la cual se produjo la limpieza étnico-confesional de importantes regiones. En total, cinco millones de personas se vieron obligadas a abandonar sus hogares convirtiéndose la mitad de ellos en desplazados internos y el resto en refugiados en Jordania y Siria (Álvarez-Ossorio y Buendía, 2009: 929-959).

La Doctrina Bush hecha pública en septiembre 2002, apenas unas semanas después del primer aniversario del 11-S, no sólo apuntaba a Iraq, sino también a Irán al considerar que deberían lanzarse ataques preventivos contra los integrantes del denominado Eje del Mal, países de naturaleza totalitaria y contestaria que supuestamente desarrollaban armas de destrucción masiva y tenían vínculos con organizaciones terroristas internacionales. La Estrategia de Seguridad Nacional de 2002 señalaba que “EUA no permitirá que estos esfuerzos prosperen [...]. Como un asunto de sentido común y de autodefensa, América actuará contra estas amenazas emergentes antes de que éstas se desarrollen plenamente”. El planteamiento de la Doctrina Bush motivó un pulso

en el seno del régimen iraní entre los sectores reformistas liderados por el presidente Khatemi y los conservadores de la Guardia Revolucionaria en torno a la necesidad de desarrollar un programa nuclear para tratar de hacer frente a eventuales amenazas por parte de EUA e Israel. Dicho pulso se decantó a favor de los segundos con la elección como presidente de Mahmud Ahmadineyad (2005-2013), quien adoptó una política exterior neoconservadora ante la amenaza que representaba el despliegue de tropas norteamericanas en Afganistán e Iraq (Zaccara, 2016: 191).

LA PRIMAVERA ÁRABE: UNA AMENAZA COMPARTIDA

La irrupción de la denominada Primavera Árabe en 2011 no sólo evidenció el divorcio existente entre gobernantes y gobernados, sino que también provocó una sacudida en el orden regional. Las movilizaciones populares en numerosos países árabes intensificaron la preocupación de Arabia Saudí, que interpretó que Irán podría ampliar su radio de acción. En un primer momento, Irán consideró que las movilizaciones populares que derrocaron a diversos regímenes autoritarios de tendencia pro-occidental favorecería “la construcción de un nuevo Oriente Medio islámico en el que el poder se distanciaría de EUA y de sus aliados árabes, incluida Arabia Saudí” (Keynoush, 2016: 227). No obstante, pronto se demostró que las protestas también representaban una amenaza para sus aliados como evidenció el caso de Bashar al-Asad en Siria.

Las movilizaciones que se iniciaron en Túnez se extendieron en los meses siguientes a Egipto, Libia, Bahréin, Yemen y Siria, entre otros (Álvarez-Ossorio y Gutiérrez de Terán, 2011). A pesar de las peculiaridades de cada país, lo cierto es que la población compartía unas mismas reivindicaciones de carácter socio-económico (persecución de la corrupción, desigual repartición de la riqueza, mayores oportunidades laborales, mejora de las condiciones de vida, etc.) y político (fin del autoritarismo, derogación de las leyes de emergencia, respeto al gobierno de la ley, instauración de un sistema pluripartidista y respeto a las libertades públicas). De ahí a que el lema más repetido en las revoluciones de la dignidad fuese precisamente “el pueblo quiere la caída del régimen”.

Ante la posibilidad de que la liberalización política avanzase en Oriente Medio, los regímenes saudí e iraní recurrieron al sectarismo para tratar de inflamar las tensiones confesionales y movilizar a sus aliados regionales. Como señalan Nader Hashemi y Danny Postel, “el sectarismo es un proceso conformado por actores políticos que operan en contextos específicos persiguiendo objetivos políticos que implican la movilización popular en torno a marcadores de identidad (religiosos) particulares” (2017: 5). Desde 2011 es cada vez más habitual que “los gobernantes adopten sus decisiones en base a

una evaluación sectaria de la política: piensan estratégicamente en términos sectarios y dan cuerpo a sus políticas exteriores en dichos términos; en consecuencia, la mayoría chií de Irán es considerada como un archienemigo infiel” por Arabia Saudí (Matthiesen, 2013: xii-xiii). En este contexto de caos y desgobierno, Irán y Arabia Saudí movilizaron a una serie de *proxies* o aliados regionales en los conflictos armados que estallaron en Siria, Siria, Yemen e Iraq (Bianco, 2020: 14). El sectarismo se convirtió, así, en “un vehículo de la contrarrevolución que bloqueó la transformación de la región contemplada por aquellos que lanzaron las revueltas árabes” (Hinnebusch, 2016: 121).

Arabia Saudí movilizó todos sus recursos ante un seísmo que amenazaba con tener réplicas en el interior del país. Abdul Aziz bin Abdullah Al Sheikh, gran muftí de Arabia Saudí desde 1999, intentó desacreditar las protestas señalando: “Este caos proviene de los enemigos del islam y de quienes los siguen”¹. No obstante, no todos los ulemas siguieron la línea oficialista: el influyente jeque Salman Awda defendió las manifestaciones y secundó los llamamientos de reformas internas formulado por un grupo de activistas, profesores y abogados que reclamaron elecciones directas al Consejo de la Shura, un poder judicial independiente, separación de poderes y promoción de los derechos humanos, incluida la libertad de expresión y el derecho a la protesta pacífica.

Para los integrantes del Consejo de Cooperación del Golfo, las demandas de libertades y de justicia social de la Primavera Árabe representaban una clara amenaza. Como advierte Baabood, “estos cambios sísmicos en el mundo árabe crearon nuevas dinámicas geopolíticas, inestabilidad regional y una gran incertidumbre y representaron un enorme reto de seguridad para los países del Golfo” (Baabood, 2014: 42). Ante esta circunstancia, la mayoría de ellos adoptaron una serie de medidas encaminadas a garantizar la paz social, entre ellas el alza de salarios, el incremento de los subsidios, la oferta de empleos públicos, la construcción de viviendas y la inversión en sanidad y educación (Zaccara y Saldaña, 2015: 177-199). En el caso de Arabia Saudí, el rey Abdallah anunció el 22 de febrero de 2011 ayudas por un valor de 37.000 millones de dólares para los funcionarios, los jóvenes y los pobres que incluían un alza de los salarios gubernamentales de un 15%, así como ayudas subsidios para adquirir viviendas, emprender negocios o estudiar en el extranjero.

En el plano exterior, los miembros del CCG adoptaron una posición contrarrevolucionaria. De resultar exitosas las transiciones políticas, en muchos casos lideradas por partidos islamistas como Ennahda en Túnez o los Hermanos Musulmanes en Egipto, la población local podría exigir reformas similares. De tal manera, “los Estados del

¹ Reuters, “Saudi top cleric blasts Arab, Egypt protests-paper”, 5 de febrero de 2011: <https://www.reuters.com/article/egypt-saudi-idAFLDE71403F20110205>

CCG se encontraron rodeados por un islam político que podía cuestionar su legitimidad y socavar su tradicional sistema monárquico... Por ello, los países del CCG respaldaron la contrarrevolución mediante el apoyo a las fuerzas contrarrevolucionarias y a los militares para arrebatarse el poder a los gobiernos electos. Estos, a su vez, emplearon el poder blando e inteligente para socavar a los gobiernos electos y apuntalar a los militares y al resto de opositores al islam político” (Baabood, 2014: 44).

Como hemos señalado anteriormente, Arabia Saudí tiene una importante minoría chií. Una de las señas de identidad del wahabismo es precisamente el sectarismo contra los chiíes, ya que interpreta que cualquier desviación de su interpretación del islam debe considerarse como herética, especialmente a la corriente chií (a cuyos seguidores tacha de *rafida* o renegados) y a todas sus ramas (a las que condena como *kuffar* o infieles). Tras la conquista de Riad en 1902, el influyente jeque wahhabí Hasan bin Hussein Ash-Sheikh, “prohibió cualquier comunicación pacífica con las autoridades o habitantes de la tierra de los infieles, con especial referencia a Iraq y Kuwait, y decidió que la única forma de comunicación posible con ellos sería en el campo de batalla a través de la *yihad*” (al-Malki, 2014: 10).

Cuando los vientos revolucionarios se aproximaron a la península Arábiga, el régimen saudí actuó de manera enérgica no dudando en reprimir con dureza las movilizaciones chiíes deteniendo a sus principales responsables, entre ellos el clérigo Nimr Baqr al-Nimr que sería ejecutado el 2 de enero de 2016. También intervino militarmente en Bahreín para evitar la caída de la dinastía Khalifa y en Yemen para tratar de evitar el ascenso de los Huthíes tras la salida del presidente Abdallah Saleh. En Siria, financió generosamente a los grupos armados que intentaban derrocar al presidente Bashar al-Asad, aliado de Irán.

Bahreín cuenta con una mayoría de población de confesión chií (un 70% de sus 600.000 habitantes), aunque es gobernada por la dinastía sunní de los Khalifa. Tras la caída de Ben Ali en Túnez, la población chií se movilizó para reclamar el fin de la discriminación y una plena igualdad entre todos los ciudadanos. La brutal represión de las manifestaciones registradas en la plaza de la Perla de Manama el 17 de febrero de 2011 llevó a los convocantes a elevar el listón de sus demandas y a pedir la dimisión del gobierno. Ante la posibilidad de que estas reivindicaciones se contagiaran al conjunto de las monarquías del Golfo, el CCG decidió intervenir militarmente. El 14 de marzo un contingente de 1.500 militares saudíes y emiratíes entró en el país para poner fin a las manifestaciones. El emir Hamad Bin Aisa al-Khalifa señaló una semana después: “Un golpe externo ha sido preparado en los últimos 20 a 30 años hasta que el terreno ha estado maduro para acontecimientos subversivos... Ahora anuncio el fracaso de dicho

golpe”². También EUA, cuya Quinta Flota tiene su base en Manama, respaldó de manera inequívoca esta intervención, ya que el contagio de las movilizaciones al Golfo amenazaría la hegemonía americana en una zona que alberga “bases militares claves, los principales compradores de armas occidentales y también a importantes socios comerciales con considerables inversiones en las economías occidentales” (Matthiesen, 2013: viii).

En Yemen también existe una importante presencia chií, puesto que un 40% de la población es de confesión zaydí: una rama septimana del islam chií con especial peso en la zona montañosa de Saada. Como en el caso de Túnez y Egipto, “un cóctel similar de desigualdad, fuga de capitales y aspiraciones frustradas llevaron a los manifestantes a las calles” (Hill, 2017: 258). En las manifestaciones multitudinarias se demandó el final de la dictadura de Abdallah Saleh, así como el desmantelamiento de su sistema de gobierno caracterizado por la corrupción y el clientelismo (Veiga, Gutiérrez de Terán y Hamad, 2014: 215-255). La caída de Saleh permitió la apertura de una transición respaldada por el CCG, aunque desde un primer momento la presidencia de Abd Rabbo Mansur Hadi se vio amenazada por las milicias de Ansar Allah (más conocidas como los Huthí, con las que la Guardia Revolucionaria iraní mantiene una estrecha relación), que en septiembre de 2014 capturaron sin resistencia la capital Sanaa prometiendo restaurar la seguridad pública y la integridad de las instituciones estatales (Hill, 2017: 266). Ante la conquista del puerto de Adén por los Huthíes, Arabia Saudí y Emiratos Árabes Unidos intervinieron en el país por medio de la operación Tormenta Decisiva el 26 de marzo de 2015.

En lo que respecta a Siria cabe señalar que el gobierno es controlado desde el golpe militar de Hafez al-Asad en 1970 por la minoría alauí, una secta heterodoxa del islam chií que representa alrededor del 13% de la población. Tras el inicio de las movilizaciones el 15 de marzo de 2011, el presidente Bashar al-Asad apostó todas sus cartas por la denominada ‘solución militar’. La inacción de la comunidad internacional allanó el terreno para la intervención de diversas potencias regionales, incluidas Arabia Saudí e Irán, que libraron en territorio sirio una guerra a través de actores interpuestos. Este enfrentamiento ha dado pie a una profunda sectarización del conflicto con la irrupción de grupos salafistas yihadistas y milicias chiíes en un claro ejemplo de *proxí war*. De esta manera, “los grupos islamistas declararon la *yihad* contra un régimen dominado por la minoría alauí, a la que tachaban de apóstata. Este discurso sectario también se filtró entre las diferentes milicias chiíes que acudieron en defensa del régimen sirio y para luchar contra las fuerzas *takfiríes*, como denominan a los grupos yihadistas que excomulgan a todos aquellos que no aceptan su particular interpretación

² Reuters, “Bahrain king says forces have foiled foreign plot”, 21 de marzo de 2011: <https://www.reuters.com/article/bahrain-protests-king/bahrain-king-says-forces-have-foiled-foreign-plot-idUSLDE72K01O20110321?edition-redirect=uk>

del islam” (Alvarez-Ossorio, 2019: 47). El vacío de poder existente tanto en Siria como en Iraq también fue aprovechado por el autodenominado Estado Islámico para hacerse con el control de la cuenca del Éufrates, donde en 2015 proclamó el nacimiento de un califato yihadista.

Pero sin duda, la principal amenaza para Arabia Saudí en la post-Primavera Árabe fue la conclusión el 14 de julio de 2015 de un acuerdo entre Irán y el G5+1 (integrado por los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad de la ONU más Alemania) para suspender el enriquecimiento de uranio de su programa nuclear. El denominado *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA) fue el resultado de tres años de conversaciones secretas en las que tomó parte la Administración Obama y preveía que Irán detuviese su programa nuclear a cambio del progresivo levantamiento de las sanciones internacionales. La llegada a la Casa Blanca de Donald Trump significó un alivio para Arabia Saudí, puesto que el 8 de mayo de 2018 anunció la retirada estadounidense del JCPOA y la adopción de una política de ‘máxima presión’ sobre Irán por medio del restablecimiento de sanciones.

En su primer discurso como Secretario de Estado, Mike Pompeo dejó claro que Irán representaba la principal amenaza para EUA y sus aliados en Oriente Medio. El 21 de mayo de 2018 señaló en el *think tank* conservador The Heritage Foundation: “Irán no tendrá nunca más carta blanca para dominar Oriente Medio [...]. Perseguiremos a los agentes iraníes y sus apoderados de Hezbolá en todo el mundo y los aplastaremos”. En la mencionada intervención, Pompeo estableció doce condiciones que Irán debería cumplir para facilitar el levantamiento de las sanciones, la mayor parte de ellas relacionadas con la interrupción inmediata del enriquecimiento de uranio y la autorización a los inspectores de la OIEA a las instalaciones nucleares, pero también otras relacionadas con el programa de misiles balísticos, la interrupción de la ayuda a Hezbolá, Hamas, Yihad Islámica, los Huthíes y las milicias chiíes en la región, la retirada de efectivos de Siria y, por último, el cese de las amenazas a Israel, Arabia Saudí y Emiratos Árabes Unidos.

Todas estas exigencias dejaban claro que el objetivo de la Administración Trump no era sólo renegociar el acuerdo nuclear, sino también obligar a Irán a renunciar a su influencia en Oriente Medio a través de sus *proxies* o aliados regionales. No obstante, la estrategia de ‘máxima presión’ no dio los frutos deseados, ya que Irán logró mantener intacta su influencia regional y ninguno de sus aliados locales perdió posiciones significativas en el tablero de Oriente Medio. En opinión de Peyman Jafari, “en lugar de reducir la influencia de Irán, la ‘máxima presión’ ha empujado a Irán a expandir su influencia. Esto es parte de la estrategia de ‘guerra asimétrica’ de Irán, que se basa en las operaciones de golpe y fuga de la Guardia Revolucionaria, y la dependencia de sus aliados en Líbano, Siria, Iraq y Yemen” (Jadaliyya, 2019). En opinión del investigador iraní,

“cuanto más arrinconado esté Irán, más recurrirá a esta estrategia asimétrica”, tal y como evidenciaron los ataques con drones contra las refinерías saudíes de Abqaiy y Khurais el 14 de septiembre de 2019, atribuidos a la Guardia Revolucionaria iraní aunque reivindicados por los Huthí yemeníes (Mabon y Wastnidge, 2020: 14-15). La respuesta norteamericana a este ataque sin precedentes fue el asesinato en Bagdad, el 3 de enero de 2020, del comandante Qasem Suleimani, máximo responsable de las Fuerzas Al-Quds.

BIBLIOGRAFÍA

ALHASAN, H. T., “The Role of Iran in the Failed Coup of 1981: The IFLB in Bahrain”, *Middle East Journal*, Autumn 2011, Vol. 65, No. 4, pp. 603-617.

ÁLVAREZ-OSSORIO, I., “The Sectarian Dynamics of the Syrian Conflict”, *The Review of Faith & International Affairs*, 17:2, 2019, pp. 47-58.

ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio y BUENDÍA, Pedro. “La crisis de los refugiados iraquíes en Siria, Jordania y Líbano”. *Foro Internacional* vol. XLIX, no. 4 (198), 2009, pp. 929-959.

BAABOOD, A., “Gulf Countries and Arab Transitions: Role, Support and Effects”, *IEMed Mediterranean Yearbook*, 2014, pp. 42-47.

BERTI, B. y GUZANSKY, “Saudi Arabia’s Foreign Policy on Iran and the Proxi War in Syria: Toward a New Chapter?”, *Israel Journal of Foreign Affairs*, Volume 8, No. 3, 2015, pp. 25-34.

BIANCO, Cinzia, “KSA-Iran rivalry: an analysis of Saudi strategic calculus”, in *Saudi Arabia, Iran and De-Escalation in the Persian Gulf*, SEPAD, 2020.

COMMINS, David, *The Wahhabi Mission and Saudi Arabia*, London, I. B. Tauris, 2006.

CORM, Georges, *Le Proche-Orient éclaté (1956-1991)*, Paris, Gallimard, 1991.

DAZI-HÉNI, F., “Arabia Saudí contra Irán: un equilibrio regional de poder”, *Awraq*, n° 8, 2013, pp. 23-36.

GUTIÉRREZ DE TERÁN, Ignacio y ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio (eds.), *Informe sobre las revueltas árabes*, Madrid, Ediciones del Oriente y el Mediterráneo, 2011.

HASHEMI, Nader y POSTEL, Danny, *Sectarianization. Mapping the New Politics of the Middle East*, London, Oxford University Press, 2017.

HERNÁNDEZ, David, *El reino de Arabia Saudí y la hegemonía de Oriente Medio*, Madrid, Libros de la Catarata, 2020.

HINNEBUSCH, Raymond 2016. “The Sectarian Revolution in the Middle East.” *Revolutions: global trends and regional issues* 4 (1), pp. 120-152.

HILL, Ginny, *Yemen Endures: Civil War, Saudi Adventurism and the Future of Arabia*, New York: Oxford University Press, 2017.

HIRO, Dilip, *Cold War in the Islamic World: Saudi Arabia, Iran and the Struggle for Supremacy*, Oxford, Oxford University Press, 2018.

JADALIYYA, “Roundtable: Iran’s Domestic Politics and Political Economy”, 26 de noviembre de 2019: <https://www.jadaliyya.com/Details/40287>

- KAYSER, Robert G. y OTTAWAY, David B., "Saudi leader's anger revealed shaky ties", *The Washington Post*, 10 de febrero de 2002.
- KEYNOUSH, Banafsheh, *Saudi Arabia and Iran: friends or foes?*, New York, Palgrave Macmillan, 2016.
- MABON, Simon y WASTNIDGE, Edward, "Saudi Arabia, Iran: Resilient Rivalries and Pragmatic Possibilities" in *Saudi Arabia, Iran and De-Escalation in the Persian Gulf*, SEPAD, 2020.
- AL-MALKI, Abdullah, "Wahhabism, the Brotherhood of those who obeyed Allah and ISIS: Has history repeated itself?", *Middle East Monitor*, 2014.
- MATTHIESEN, Toby, *Sectarian Gulf: Bahrain, Saudi Arabia, and the Arab Spring that Wasn't*, Stanford, Stanford University Press, 2013.
- MATTHIESEN, Toby, *The Other Saudis: Shiism Dissent and Sectarianism*, New York, Cambridge University Press, 2015.
- PHILLIPS, C., "Sectarianism and Conflict in Syria", *Third World Quarterly*, 36 (2), 2015, pp. 357-376.
- RASHEED, M., "Sectarianism as counter-revolution: Saudi responses to the Arab spring". *Studies in Ethnicity and Nationalism*, 11 (3). 2015, pp. 513-526.
- RIEGER, R., "In Search of Stability: Saudi Arabia and the Arab Spring", *Gulf Research Center Papers*, 2014.
- SADJADPOUR, K. y BEN TALEBLU, B., "Iran in the Middle East: Leveraging Chaos", *FRIDE Policy Brief*, n° 202, May 2015.
- VEIGA, Francisco, GUTIÉRREZ DE TERÁN, Ignacio y HAMAD, Leyla, *Yemen. La clave olvidada del mundo árabe*, Madrid, Alianza Editorial, 2014.
- WALT, S. M., "Alliance Formation and the Balance of World Power", *International Security*, vol. 9., no. 4, 1985, pp 3-43.
- ZACCARA, L., "Iran's Permanent Quest for Regional Power Status" en J. Braveboy-Wagner (ed.), *Diplomatic Strategies of Nations in the Global South*, London, Palgrave MacMillan, 2016, pp. 181-212.
- ZACCARA, L. y SALDAÑA, M., "Cambio y estabilidad política en las monarquías del Golfo tras la Primavera Árabe", *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n.109, abril 2015, p. 177-199.

SOBRE OS ORGANIZADORES

SILVIA INÉS DEL VALLE NAVARRO: Profesora y Licenciada en Física, Doctora en Ciencias Física. Directora del Departamento de Física de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales de la Universidad Nacional de Catamarca, Argentina. Editora de la Revista Electrónica “Aportes Científicos en PHYMATH” – Facultad de Ciencias Exacta y Naturales. Profesora Titular Concursada, a cargo de las asignaturas Métodos Matemáticos perteneciente a las carreras de Física, y Física Biológica perteneciente a las carreras de Ciencias Biológicas. Docente Investigadora en Física Aplicada, Biofísica, Socioepistemología y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a fenómenos físicos-biológicos cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas. Participación en disímiles eventos científicos donde se presentan los resultados de las investigaciones. Autora del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Coautora del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Miembro de la Comisión Directiva de la Asociación de Profesores de Física de la Argentina (A.P.F.A.) y Secretaria Provincial de dicha Asociación.

GUSTAVO ADOLFO JUAREZ: Profesor y Licenciado en Matemática, Candidato a Doctor en Ciencias Humanas. Profesor Titular Concursado, desempeñándose en las asignaturas Matemática Aplicada y Modelos Matemáticos perteneciente a las carreras de Matemática. Docente Investigador en Matemática Aplicada, Biomatemática, Modelado Matemático, Etnomatemática y Educación, dirigiendo Proyectos de Investigación de la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca con publicaciones científicas dentro del área Multidisciplinaria relacionado a Educación Matemática desde la Socioepistemología cuyos resultados son analizados a través del desarrollo de Modelos Matemáticos con sus simulaciones dentro de la Dinámica de Sistemas y de la Matemática Discreta. Autor del libro “Ecuaciones en Diferencias con aplicaciones a Modelos en Dinámica de Sistemas” (2005), Catamarca-Argentina: Editorial Sarquís. Coautor del libro “Agrotóxicos y Aprendizaje: Análisis de los resultados del proceso de aprendizaje mediante un modelo matemático” (2012), España: Editorial Académica Española. Desarrollo de Software libre de Ecuaciones en Diferencias, que permite analizar y validar los distintos Modelos Matemáticos referentes a problemas planteados de índole multidisciplinarios. Ex Secretario Provincial de la Unión Matemática Argentina (U.M.A) y se participa en diversos eventos científicos exponiendo los resultados obtenidos en las investigaciones.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Actitudes 217, 218, 219, 220, 226, 227, 249

Agricultura familiar 79, 80, 82, 83, 84, 88, 89, 209

Arabia Saudí 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

Artefactos 252, 254, 258

Artefactos calentados 252

C

Caixara 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 188

Canção 173, 185

Características da Tarefa 260, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 277

Ciudad neoliberal 158, 161, 169, 170, 171

Comunitario 75, 183, 189, 194, 195

Condiciones de producción 18, 20, 22, 26, 28, 92

Condominio 57, 59, 60, 70, 71, 72, 73, 74, 75

Conflicto socioambiental 90, 96

Conservadores 234, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249

Cuestión agraria 30, 32, 34, 39, 55

Cultivos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 19, 20, 22, 26, 44, 50, 52, 62, 127

D

Datación 251, 252, 253, 254, 257, 258

Desarrollo 3, 4, 15, 17, 18, 19, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 46, 49, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 96, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 160, 161, 218, 219, 221, 222, 223, 225, 226, 247

Desarrollo rural 30, 31, 56, 77, 124

Desenho do trabalho 261, 263, 275, 278

Distrito Industrial 138, 139, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 154, 155, 156

E

Economía agrícola 30, 31

Educación Ambiental 172, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227

Energía solar 105, 108, 109

Espacio público 158, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 169, 170

Estancieros 57, 75

Extractivismo 18, 19, 28, 72, 90

Extractivismo sojero 18

F

Fatores Locacionais 138

Frente Popular 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

Fuentes renovables de energía 104, 105, 106, 107, 110, 114, 116

Fuerzas productivas 18, 19, 20, 55

G

Generación distribuida 105, 112, 115

Geografía urbana 158, 159, 161, 166, 170

Gestión energética sostenible 105

Gestores 63, 79, 80, 107, 171, 172, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 277, 278

H

História 16, 17, 57, 59, 65, 75, 76, 77, 101, 103, 119, 129, 173, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 193, 195, 198, 199, 203, 206, 208, 211, 228, 241, 242, 249, 250, 258

Historia de Chile 241

Historia Local 241, 242, 250

I

Impacto ecológico 201

Ingeniería genética 18, 19, 25

Instituições 79, 84, 85, 86, 87, 88, 174

Irán 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240

L

Liberación 98, 189, 191, 232

M

Mata atlântica 173, 174, 185, 187

Medio ambiente 13, 15, 20, 58, 76, 97, 105, 107, 123, 128, 129, 131, 136, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

N

Nossa Senhora do Socorro 138, 139, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Nueva agricultura 1, 11, 12, 15

O

Ordenamiento Territorial Urbano 117

Organización 34, 37, 38, 39, 43, 47, 49, 50, 52, 53, 56, 62, 66, 72, 76, 93, 101, 106, 109, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 130, 162, 166, 189, 192, 195, 230, 232

Oriente Medio 228, 230, 231, 234, 238, 239

OSL 252, 255, 257, 258

P

Paraguay 18, 19, 20, 23, 27, 29

Participación 34, 36, 44, 59, 99, 119, 121, 125, 126, 129, 160, 162, 165, 172, 193, 194, 217, 226

Patrimonio biocultural 90, 91, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103

Plan Estratégico 117, 124, 129, 131, 132, 135, 162, 163, 172

Poderes públicos 117, 118, 163, 170

Política Pública 79, 86, 126, 146

Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional 138, 139

Povo Truká 201, 208, 209, 210, 211

Primavera Árabe 228, 229, 234, 235, 238, 240

Projeto de Transposição 201, 210

Proprietarios 21, 24, 32, 36, 49, 50, 57, 59, 66, 68, 70, 73, 75, 91

R

Reforma agraria 30, 31, 32, 33, 37, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 68, 70, 73, 74, 76, 82, 88, 91

Regadíos 1, 3, 8, 17

Rio São Francisco 201, 203, 204, 208, 212, 213

S

Seguridad/inseguridad urbana 158

Siria 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

Sostenibilidad 1, 15, 16, 17, 22, 106, 107, 115, 220, 226

Superficie agraria 1

T

Territorio 4, 8, 19, 54, 70, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 141, 146, 147, 154, 162, 165, 170, 174, 177, 180, 181, 182, 183, 187, 189, 190, 194, 195, 198, 210, 215, 233, 237, 258

U

Universitarios 217, 221, 226, 227

V

Verdad 189, 191, 193, 196, 198

Violação de direitos 201

W

Wirikuta 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103

X

Xochicalco 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102



**EDITORA
ARTEMIS**